

## **PROJETO DE LEI N.º 02, DE 28 DE JANEIRO DE 2026.**

### ***“INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS DO MUNICÍPIO DE PARAPUÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”***

**Artigo 1º-** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS do Município de Parapuã, destinado à promoção da recuperação de créditos do Município, decorrentes de débitos tributários, multas ou encargos de qualquer natureza, ainda que não tributários, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar.

**Parágrafo Único.** Poderão aderir ao REFIS os contribuintes, pessoas física ou jurídica, que se enquadrem no previsto no *caput* deste artigo.

**Artigo 2º-** A quitação referida no *caput* deverá ser realizada mediante ao pagamento integral dos débitos, à vista, com desconto de 100% (cem por cento) dos juros e multas.

**Parágrafo Único.** Em ocorrendo o pagamento de forma parcelada, o desconto será de 70% (setenta por cento) dos juros e multas.

**Artigo 3º-** Os débitos previstos no *caput* do artigo 1º que se encontram ajuizados (judiciais), poderão ser objeto do REFIS, devidamente acrescidos do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, com regular suspensão do processo até o integral cumprimento da obrigação.

**§ 1º-** As custas processuais devidas ao Estado, quitadas ou não pelo Município, em processo judicial movido em relação ao aderente do REFIS deverão ser quitadas à vista, na ocasião da concessão do benefício, devendo o recolhimento ser efetuado junto às agências bancárias locais, sob responsabilidade do interessado e comprovado, de imediato, junto ao Departamento Municipal de Fiscalização e Tributos.

**§ 2º-** Os honorários advocatícios de que trata o *caput* deste artigo, na ordem de 10% (dez por cento), serão calculados sobre o imposto devido (atualizado monetariamente, sem descontos, deduções e sem incidência de juros e multas), e pagos após quitação do tributo de forma total, parcial ou proporcional ao pagamento.

**§ 3º-** O deferimento do requerimento de adesão ao REFIS será informado pelo Município ao juízo competente, valendo como confissão de dívida, suspendendo-se o processo até o integral cumprimento da obrigação.

**§ 4º-** O aderente com débitos ajuizados, ao aderir ao REFIS, renuncia expressamente as eventuais defesas ofertadas judicialmente, confessando o débito junto à Municipalidade.

**§ 5º-** O não cumprimento do REFIS implicará em prosseguimento do processo, na fase em que se encontra, independentemente de prévia comunicação ao aderente.

## **PROJETO DE LEI N.º 02, DE 28 DE JANEIRO DE 2026.**

**Artigo 4º**- A adesão ao REFIS se dará mediante requerimento específico junto ao Departamento Municipal de Fiscalização e Tributos, assinado pelo aderente, com atualização cadastral obrigatória, instruído com a documentação comprobatória do débito, bem como cópia reprográfica dos documentos pessoais ou de constituição conforme o caso e comprovante de endereço, sendo inserido os dados no sistema municipal de tributos.

**Parágrafo Único.** A adesão ao REFIS importa em confissão expressa, irrevogável e irretratável dos débitos objeto do programa, com aceitação plena dos pressupostos previstos nesta Lei.

**Artigo 5º**- O não pagamento de outros tributos, multas ou encargos de qualquer natureza administrados pela Municipalidade, até o limite de 02 parcelas vencidas, implicará na exclusão do favorecido do programa estatuído pelo REFIS.

§ 1º- A exclusão do aderente do REFIS nos moldes previstos nesse artigo, impede sua reintegração ao programa.

§ 2º- Os débitos, inscritos em dívida ativa, já beneficiados por Programas de Recuperação Fiscal - REFIS, não poderão novamente ser beneficiados pela presente Lei, exceto em caso de pagamento à vista, do parcelamento anterior.

**Artigo 6º**- O contribuinte terá até o dia 15/03/2026, para efetivar o requerimento de adesão ao REFIS, e proceder ao pagamento devido, podendo ser prorrogado por uma única vez e por igual período, à critério do Chefe do Executivo Municipal, mediante Decreto, vedados requerimentos posteriores as datas estipuladas.

**Artigo 7º**- O parcelamento de alude esta Lei poderá ser solicitado em até no máximo 15 (quinze) parcelas sucessivas e seu valor mínimo individual deverá corresponder à R\$100,00 (cem reais).

**Artigo 8º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, em 28 de janeiro de 2026.

**MILTON MITIO IWAYAMA**  
Prefeito Municipal

Exmo. Senhor  
ROGNEY MAURICIO TEMPORIM  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Parapuã / SP

# **PROJETO DE LEI N.º 02, DE 28 DE JANEIRO DE 2026.**

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Nobres Edis,

Como todos sabem, a melhora na arrecadação é uma constante de todos os Entes Federados, sendo que, tanto a União, como os Estados e Municípios estão sempre na busca de incrementos em suas receitas.

No caso específico de Parapuã, pretendemos com a presente proposição conceder uma oportunidade ao contribuinte inadimplente, para que regularize sua situação fiscal com a municipalidade, fato hoje que vem se avolumando, e com solicitações informais realizadas rotineiramente no Setor de Tributos Municipais, como informam os funcionários ali lotados.

O presente Projeto de Lei visa dar maiores condições de pagamentos aos débitos inscritos em dívida ativa, com descontos e incentivos atraentes, bem como em suaves e módicas prestações, servindo de incentivo para a quitação.

Certo da compreensão é que submetemos o presente Projeto de Lei à elevada apreciação desta honrada Casa Legislativa.

Prefeitura Municipal de Parapuã, 28 de janeiro de 2026.

**MILTON MITIO IWAYAMA**  
Prefeito Municipal

Exmo. Senhor  
ROGNEY MAURICIO TEMPORIM  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Parapuã / SP